EDITAL DE FALÊNCIA DE JOVÊNCIO VIVIAN & CIA LTDA. - PRAZO : 20 DIAS

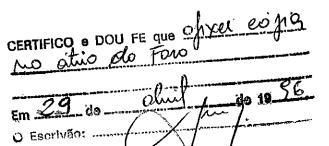
CARTORIO JUDICIAL DA SEGUNDA VARA DA CO MARCA DE LAJEADO-RS. FAZ SABER a interessar possa, que foi DECRETADA FALĒNCIA de JOVĒNCIO VIVIAN & CIA LTDA. inscrita no CGCMF sob nº 91.167.890/000 2-67, estabelecida na BR 386, Km 342,5, s/n?, Bairro Olarias, Lajeado-RS., autos do PEDIDO DE AUTOFALÊNCIA nº 2537 9, cuja sentença ē do seguinte teor: "Vistos este autos. JOVÊNCIO VIVIAN & CIA LTDA., empresa sediadna BR-386, Km 342,5, s/nº, no Bairro Olarias, nesta cidade de Lajeado, representada pelos socios, requereu a decretação de sua au tofalēncia, sustentando que hā bastante tempo tem enfrentado dificuldades finan ceiras, as quais foram agravadas diante dos sucessivos planos econômicos que atingiram em especial a construção civil setor onde são empregados as estruturas e esquadrias metálicas fabricadas pela Autora.Refere esta que não tem conse guido saldas seus débitos e que se veri fica insustentāvel os prosseguimento da empresa. Juntou proc. e documentos ne cessarios, fundamentando o pedido no ar tigo 89, da Lei de Quebras. Relatei sucintamente. Diante dos argumentos conti dos na inicial, os quais dão conta que a vida da empresa estã em grave si twação, aliados aos documentos juntados onde se verifica que o passivo ja ultra passou em muito o ativo, entendo que quebra se impõe, como medida legal. dinastia dos sucessivos planos econômi cos tem determinado a ruína de inumeras empresas Brasil ā fora, inclusive de em presas tidas como sólidas e de grande porte. Os insucessos governamentais, con tudo, se abatem mais intensamente so bre as pequenas empresas, como e o caso da Autora, atuando no ramo de fabrica ção de esquadrias e estruturas metali cas. É público e notorio a exigencia de juros bancārios proibidos pela Magna Carta e, ainda, a derrocada da construção civil que veio a atingir, por de consequência, as vendas da Requerente, diminuindo-as consideravelmente, con forme se ve dos autos. Provadas, pois, a insolvência, a impontualidade e a impossibilidade de continuação dos nego cios, com fundamento no art. 89, do Decreto-Lei nº 7661/45, decreto a FALEN -CIA de JOVÊNCIO VIVIAN & CIA LTDA. e,em consequência: 1) Determino sejam os socios regularmente intimados da decretação; 2) Nomeio Sindica a maior Credora: EXPRESSO SS LTDA., com sede em Estrela e, para a hipotese de não-aceitação do

encargo, a CIA BRASTLETRA DE ALIMÉNTO.

84 Am 3) Para obter-se o valor a ser pago, quando for o caso, basta multiplicar o número da margem correspondente à última linha usada pelo preço de tabela do centímetro de coluna. CONTINUAÇÃO -Proc. nº 25379

Dobre esta lauda somente aqui

: sediada em Porto Alegre ou, ainda, a e<u>m</u> presa COMERCIAL IMPORTADORA DE FERROS BORTOLASO LTDA, com sede em Montenegro . O Sindico que aceitar o cargo deverá ser intimado a prestar o devido compromisso, no prazo de 24 horas; 3) Fixo o termo le gal da falência no 60º dia anterior à da ta do primeiro protesto, cuja informação deverá ser obtida ao Of. do Cartório des ta cidade. 4)Fixo o prazo de 20 dias para habilitação dos credores; 5) Determino seja o repres. legal da Falida intima do na forma do art. 34: 6) Determino sejam requisitadas e apensadas a estes autos todas as execuções existentes contra a empresa Autora, que ficam suspensas exceto as com datas de leilões jā desig nados, vindo o produto em beneficio Massa e ou aquelas onde houver concurso de litisconsortes, passivos, que prosseguirão quanto a estes, bem assim os exe-7) Determino que o Car cutivos fiscais; tório cumpra as providências contidas nos arts. 15 e 16 da Lei de Quebras; 8) Determino ao Of. de Justiça que proceda a lacração do Estabelecimento, com a res pectiva intimação do Ministério Público; 9) Determino seja oficiado aos Estabelecimentos Bancários no sentido de serem encerradas as contas da empresa falida e solicitando informações dos saldos; 10) Uma vez assinado o termo de compromisso pela Sindica, seja ela intimada a tomar as providências enumeradas no art.63 da referida legislação; 11) Determino a expedição de ofícios as agências dos Correios dando conta do decreto da falência e comunicando a quem deve ser entregue a correspondência a partir de então; Fica desde logo indicado o Banco do Bra sil S/A., agência desta cidade, onde de verão ser depositadas eventuais importân cias da Falida, na forma do art. 209 da Lei de Falências; 13) Retifique-se o valor da causa, que deverá corresponder ao valor do passivo; 14) Defiro o pagamento das custas no curso do feito. Intimem-se inclusive o MP. Dil. legais. Lajeado, 29/ 04/96, as 10h. (as) Carlos Eduardo Richi nitti, Juiz de Direito". Serventuari: PAU LO GILBERTO BRUXEL, Escrivão Judicial da Segunda Vara.



85 [~]